

**PROJETO DE LEI Nº 057, DE 01 DE AGOSTO DE 2014**

***“Altera dispositivos da Lei nº 3.869, de 12 de abril de 2004 e dá outras providências”.***

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os parágrafos 1º e 3º do artigo 2º da Lei nº 3.869, de 12 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 2º – Caput (omissis)***

***§ 1º – Cada representante efetivo terá suplente e mandato de até quatro anos, permitida uma recondução. (NR)***

***§ 2º -(...)***

***§ 3º – O conselho será presidido por um de seus membros, eleito, para um mandato de 24 meses, observado, na sua sucessão, o sistema de rodízio entre as bancadas de trabalhadores, empregadores e do governo. (NR)***

**Art. 2º.** Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaúna, 01 de agosto de 2014.

**Osmando Pereira da Silva**

Prefeito Municipal

**Raimundo José Bernardes**

Secretário Municipal de Assistência Social

**Otacília de Cássia Barbosa Parreiras**

Procuradora Geral do Município

## ***PROJETO DE LEI Nº 57/2014***

### ***JUSTIFICATIVA***

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

Submetemos o presente projeto de lei à apreciação dessa Casa, visando ampliação do mandato dos membros do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Itaúna – COMTER de três para quatro anos, e do mandato do presidente a ser eleito pelos respectivos membros de 12 para 24 meses, alterando os §§ 1º e 3º do artigo 2º da Lei nº 3.869/04, que instituiu o referido conselho.

A alteração se faz necessária considerando os critérios gerais para reconhecimento pelo CETER – Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda instituído pelo Município, estabelecidos por meio da Resolução/CETER nº 71/2013 de 11/04/2013. (Diário do Executivo – DOMG 07/06/2013 -p.14)

O Conselho Municipal de Trabalho Emprego e Geração de Renda – COMTER – ITAÚNA é órgão colegiado formado por representantes de trabalhadores, empregadores e poder público, de forma tripartite e paritária, tendo caráter permanente e deliberativo, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social, a qual incumbe deliberar sobre políticas de fomento e apoio à geração de trabalho, emprego e renda e à qualificação profissional e social.

As alterações tem intuito de atender as adequações recomendadas pelo CETER na esfera estadual e proporcionar ao conselho municipal condições de atender, de modo eficiente, à finalidade a que se propõe.

Com essas justificativas, aguardamos que V. Exas. votem e aprovem esta proposição de lei.

Atenciosamente.

**Osmando Pereira da Silva**  
Prefeito Municipal

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**RELATÓRIO**  
**AO PROJETO DE LEI Nº. 79/2014**

**Hudson Bernardes**  
*Relator da Comissão*

Tendo esta Comissão, recebido na data de 20/08/2014, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do Projeto de Lei nº 57/2014 nesta Casa registrado sob o nº. 79/2014, que “Altera dispositivos da Lei nº3.869, de 12 de abril de 2004 e dá outras providências”, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O mencionado projeto visa a ampliação do mandato dos membros do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Geração de Renda de Itaúna - COMTER de três para quatro anos, e do mandato de presidente a ser eleito pelos respectivos membros de 12 para 24 meses.

Neste sentido, entendemos que o Projeto de Lei em apreço, está instruído com a documentação necessária, e encontra-se elaborado dentro da correta técnica legislativa, atendendo ao que estabelece o art.60, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Feitas as considerações acima, conclui-se:

**VOTO DO RELATOR**

Diante do exposto, e após analisar o Projeto de Lei em questão, entendo que a matéria encontra-se elaborada em conformidade com as Normas Legais e Regimentais atinentes à espécie, e dentro da correta técnica legislativa, tem amparo legal e constitucional, deste Legislativo, estará apta a ser apreciada pelo plenário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 20 de agosto de 2014.

---

*Hudson Bernardes*  
*Relator*

**PARECER FINAL DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO  
AO PROJETO DE LEI Nº. 79/2014**

Diante da análise, bem como, da emissão do Parecer exarado pelo relator da Comissão de Justiça e Redação Vereador Hudson Bernardes, ante o do Projeto de Lei nº 57/2014, de 01 de agosto de 2014, nesta Casa registrado sob o nº. 79/2014, que “Altera dispositivos da Lei nº3.869, de 12 de abril de 2004, e dá outras providências”, de autoria do Prefeito Municipal Osmando Pereira, entendemos que a proposta está instruída corretamente, atende a legislação vigente, estando portanto a matéria em apreço em condições legais de admissibilidade sob os aspectos constitucionais, regimentais e de correta técnica legislativa.

**Somos favoráveis à apreciação do Projeto pelo Plenário, acompanhando o Voto do Relator.**

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 2014.

*Hudson Bernardes*  
*Relator*

*Gleison Fernandes de Faria*  
*Presidente*

*Nilzon Borges Ferreira*  
*Membro*